

VEÍCULO: Jornal do Brasil**Seção: Economia****Autor: REUTERS****Data: 05/08/2009****Título: Vale vê sinais claros de recuperação da economia**

RIO DE JANEIRO - A Vale já enxerga sinais claros de recuperação no mercado, o que deixaria para trás a crise que afetou a empresa desde setembro do ano passado e que fez sua produção de minério de ferro despencar.

Numa projeção anualizada para a produção de minério de ferro em 2009, considerando o fraco resultado do primeiro semestre, a mineradora produziria no ano 212 milhões de toneladas, ante quase 300 milhões em 2008.

Mas segundo o diretor financeiro da Vale, Fabio Barbosa, há uma evidente indicação de desestocagem em outras regiões, e não apenas na China, e essa folga na produção deixa a empresa em melhores condições para tirar proveito da retomada da economia global e ampliar a sua produção no segundo semestre.

O que vemos claramente é o início de um novo período. Claramente o mercado de hoje é mais forte, principalmente em relação ao primeiro trimestre - afirmou o diretor a analistas reunidos esta manhã pela Associação de Analistas e Profissionais de Investimentos no Mercado de Capitais (Apimec).

Claramente o mercado de hoje é mais forte, principalmente em relação ao primeiro trimestre

Barbosa destacou que a volta do mercado aos níveis de antes da crise não será imediata e, portanto, é preciso cautela.

Mas ele disse que não há dúvida de que os mercados emergentes serão líderes dessa recuperação, ajudando a Vale geograficamente.

- Não vamos voltar a antes de setembro de 2008 rapidamente. É um processo que leva mais tempo, mas o primeiro passo parece que já foi dado. Todas as estimativas que vemos é de que depois de um período de recessão este ano a economia vai crescer em 2010 - avaliou, afirmando que mesmo o mercado de pelotas, mais demandado quando há necessidade de maior produtividade, vem dando indícios de recuperação.

Ele lembrou que a queda de demanda de mercados como Europa e Américas, que ficavam com 45 por cento do minério da Vale antes da crise, levou à concentração na China, onde a empresa tem mais dificuldade de levar o seu produto devido à distância.

- De todos os players de mercado fomos os mais afetados geograficamente na crise... o fato de a Europa já estar tendo recuperação é muito auspicioso - afirmou Barbosa.

Mesmo assim, a Vale continua atuando fortemente no mercado chinês, onde aguarda a definição dos acordos de preços para este ano, operando tanto no mercado à vista como no de longo prazo.

- Vamos ter que nos acostumar com essa forma híbrida por algum tempo - admitiu Barbosa.

VEÍCULO: Valor**Seção: Economia****Autor: Heather Walsh, Bloomberg, de Bogotá****Data: 06/08/2009****Título: Minereros planeja explorar ouro no Brasil**

A Minereros, maior mineradora de ouro da Colômbia, vai procurar parceiros para investir no segmento de metais preciosos no Brasil e na América Central, disse sua principal executiva, Beatriz Uribe.

A mineradora está interessada em uma empresa brasileira para sondar a presença de ouro, prata e platina no Brasil, disse Beatriz em entrevista em Bogotá. A Minereros, sediada em Medellín, na Colômbia, também busca projetos no Peru, disse a executiva.

A Minereros quer descobrir novas reservas na Colômbia e nos países vizinhos depois que o preço do ouro mais que duplicou desde o início de 2005. As vendas de joias na China e na Índia vão contribuir para elevar o preço do ouro, apesar de da retomada do crescimento mundial atenuar a demanda pelo metal por parte do investidor que busca um refúgio seguro.

O ouro não deverá ultrapassar US\$ 1.000 a onça e vai recuar para cerca de US\$ 850 a onça no ano que vem, disse Beatriz. Os contratos futuros de ouro para entrega em dezembro tinham baixado ontem US\$ 4,70, ou 0,5%, para US\$ 965 a onça na Bolsa de Nova York.

A Minereros ampliará seus planos de investimentos se encontrar oportunidades de formar novas empresas no exterior, disse Beatriz. Por enquanto, a companhia previu investir US\$ 146 milhões entre 2010 e 2014, para mais do que quadruplicar sua produção de ouro, disse ela aos analistas poucas horas antes, numa apresentação em Bogotá.

A Minereros e sua divisão Minereros Nacionales SA querem aumentar a produção para cerca de 500 mil de onças troy (15,552 quilos) em 2015, em relação ao total de 113.158 onças troy este ano, disse a executiva na apresentação.

VEÍCULO: Folha de São Paulo

Seção: Economia**Autor: DA FOLHA ONLINE, NO RIO****Data: 07/08/2009****Título: Governo federal pressiona Vale a manter planos**

O governo está preocupado com a execução do programa de investimentos da Vale, especialmente os projetos siderúrgicos, disse ontem o presidente do BNDES, Luciano Coutinho. Ele, no entanto, desconversou sobre um eventual aumento da pressão do governo, por meio do banco e da Previ, nas decisões da companhia.

"Há interesse em que o Brasil industrialize a cadeia mineral para a frente. Os projetos siderúrgicos sempre foram de interesse prioritário para o governo federal." Procurada, a Vale não comentou as declarações.

Diante da crise econômica e da menor demanda mundial por aço, empresas estrangeiras que manifestaram interesse em se associar à mineradora em projetos siderúrgicos desistiram desses planos. Foi o caso da chinesa Baosteel, que tinha manifestado intenção em fazer parceria com a Vale no ES. A Vale planeja ainda novas usinas no PA e no CE.

O governo estaria pressionando, no Conselho de Administração da Vale, pela manutenção dos projetos. A Vale é controlada pela Valepar, que detém 53,9% da mineradora. A Valepar é composta por Bradespar (do Bradesco), Previ (fundo de previdência do BB), BNDESPar e a japonesa Mitsui.

No fim de julho, a mineradora anunciou aumento de participação na CSA (Companhia Siderúrgica do Atlântico), que está sendo construída no Rio, para 26,87%.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Fábio Fabrini e Érica Ribeiro****Data: 13/08/2009****Título: Procuradoria quer embargar mineroduto**

Procuradores de Minas veem falhas no licenciamento de duto para Porto do Açu

BELO HORIZONTE e RIO. O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação para suspender as obras do Mineroduto Minas-Rio, empreendimento que transportará, a partir de 2012, minério de ferro da Mina Sapo Ferrugem, a ser construída em Minas Gerais, ao Porto de Açu, que está sendo erguido no Norte Fluminense.

Procuradores da República na capital mineira apontam falhas no licenciamento ambiental, que podem causar prejuízos irreversíveis ao patrimônio natural e a comunidades tradicionais dos dois estados.

Orçado em R\$ 3,6 bilhões, o complexo terá, quando concluído, capacidade para transportar, por ano, 26,5 milhões de toneladas de minério, cujo destino é o mercado externo. Com 500 quilômetros, o duto subterrâneo sairá de Conceição do Mato Dentro (MG). As obras foram iniciadas pela MMX, que recentemente vendeu os ativos à Anglo American.

Os licenciamentos do mineroduto, da mina e do porto foram feitos em separado, respectivamente, no Ibama e nos órgãos ambientais de Minas e Rio. Contudo, na ação, ajuizada na Justiça Federal, a procuradora Zani Cajueiro Tobias de Souza argumenta que o complexo será integrado e, por isso, as autorizações cabem apenas ao Ibama. Segundo ela, a fragmentação teve o objetivo de driblar exigências legais.

— A área da mina, de onde parte o duto, é reserva da biosfera reconhecida pela Unesco no meio da Serra do Espinhaço, com vocação para o Ecoturismo.

Trata-se de uma atividade incompatível com o local.

Ela explica que, na área, estão assentadas comunidades e os impactos na população não foram mensurados. E a tubulação cortará áreas de preservação permanente, o que, por lei, só é autorizado a empreendimentos de utilidade pública.

O MPF quer que a Justiça conceda liminar paralisando as atividades e suspendendo as licenças aos empreendimentos. E pede que o Ibama seja o órgão licenciador exclusivo do complexo.

Consultada, a MMX, que é ré na ação, informou que não é mais responsável pelo empreendimento.

A Anglo American disse que ainda não foi notificada e, por isso, não se pronunciaria.

LLX lucrou R\$ 50 milhões no segundo trimestre A LLX, empresa do Grupo EBX para logística, fechou o segundo trimestre de 2009 com lucro líquido de R\$ 50,8 milhões, contra prejuízo de R\$ 2,2 milhões no mesmo período do ano passado. A empresa, que está construindo o Porto do Açú, em São João da Barra, e o Porto Sudeste, em Itaguaí, ambos no Estado do Rio, ainda não tem unidades portuárias em operação. A melhora do balanço no segundo trimestre, segundo a LLX, está relacionado à revisão de despesas gerais e a reversão parcial da provisão para perdas com derivativos.

Segundo analistas, os resultados financeiros da LLX ainda não afetam as ações da companhia, que ontem fecharam em alta de 1,57%.

A OGX, empresa de petróleo do Grupo EBX, fechou o segundo trimestre de 2009 com prejuízo de R\$ 148,8 milhões. No primeiro trimestre, a empresa havia registrado lucro

de R\$ 147,5 milhões. Segundo a OGX, o prejuízo é explicado pelas perdas em operações de derivativos e outras despesas.

VEÍCULO: Estado de São Paulo**Seção: Economia****Autor: Nicola Pamplona****Data: 13/08/2009****Título: Mineradoras agora exploram o mar**

Dois grupos se preparam para explorar reservas submarinas de potássio, usado na fabricação de fertilizantes.

O Brasil pode se tornar pioneiro na exploração de reservas submarinas de potássio. Segundo o Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM), duas empresas já requisitaram licença para a atividade, que é encarada pelo governo como prioritária por causa da necessidade de reduzir as importações de matérias-primas para a fabricação de fertilizantes. A meta é atingir a autossuficiência no setor em um prazo de 10 anos.

As companhias Itafós Fertilizantes, do Brasil, e Atacama Minerals, do Canadá, foram as primeiras a solicitar licença para a exploração de potássio no mar. O mineral pode ser encontrado em depósitos de sal no subsolo, como os encontrados na região do pré-sal. "É o mesmo sal do pré-sal. Só precisamos ver se é feito de cloreto de sódio ou de potássio", diz o diretor administrativo da Itafós, Carlos Braga.

Segundo ele, a ideia é estudar o uso da tecnologia desenvolvida para a exploração de petróleo na busca por potássio no subsolo. A empresa ainda não tem estimativas sobre custo do investimento, alegando estar em fase preliminar de estudos. O diretor-geral adjunto do DNPM, João César de Freitas Pinheiro, explica que os reservatórios de sal em questão são menos profundos do que os do pré-sal, o que torna a exploração mais barata.

Ainda aguardando a autorização do DNPM, a Itafós não decidiu por onde iniciará a pesquisa. A companhia opera hoje uma mina de fosfato - também usado na produção de fertilizantes - em Tocantins. Já a canadense Atacama recebeu em maio uma autorização para pesquisa geológica em uma área de 1,4 mil quilômetros quadrados ao sul de Salvador, onde prepara-se para iniciar uma campanha de perfuração.

Pinheiro diz que a companhia também requereu autorização para exploração de reservas submarinas de potássio, atividade ainda inédita no mundo. "O Brasil tem um potencial geológico fantástico. Não tenho dúvida de que atingiremos a autossuficiência (em matérias-primas para fertilizantes) em até 10 anos", afirma o diretor do DNPM.

O País importa atualmente 90% de seu consumo de minerais usados para a produção de fertilizante - a produção interna é de 400 mil toneladas por ano, para um consumo

anual de 4,2 milhões de toneladas. O tema está na pauta do governo, que quer garantir maior segurança no suprimento do insumo, fundamental para o desenvolvimento da agroindústria.

Na semana passada, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, criticou publicamente a Vale, que estaria retardando a exploração de duas minas para as quais tem direitos de exploração na Amazônia. "Ou a Vale trata disso (de desenvolver a produção), ou abre mão da exploração", afirmou o ministro. Pinheiro, do DNPM, porém, minimiza a questão, dizendo que entraves ambientais dificultam a atividade mineradora na região.

Ele diz preferir um esforço no desenvolvimento de jazidas mais próximas da costa. "Depois partimos para a Amazônia." A Vale opera hoje a única mina de potássio fertilizante no Brasil, em Sergipe, e tem outros dois depósitos na mesma região - um deles em fase piloto de produção, com teste de uma nova tecnologia de extração do mineral com a injeção de água quente nos reservatórios.

VEÍCULO: Estado de São Paulo**Seção: Economia****Autor: Kelly Lima, RIO.****Data: 14/08/2009****Título: Vale rebate as críticas sobre suas compras externas**

Abimaq e Sinaval haviam reclamado da aquisição de navios na China

A Vale rebateu ontem as críticas feitas por entidades da indústria nacional ao seu sistema de compras no exterior. A Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) e o Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval (Sinaval) reclamaram na reunião do Grupo de Acompanhamento da Crise (GAC) de compras realizadas pela Vale na China.

"Eu acho interessante esta crítica. O presidente do Sinaval recebeu propostas da Vale para a compra de navios construídos no País. Vem sendo cobrado sistematicamente para dar uma resposta, mas está demorando para nos responder sobre isso", comentou Carla Grasso, diretora executiva de Serviços Corporativos e de Recursos Humanos da companhia.

Segundo ela, a empresa busca comprar o que pode no Brasil. "Temos programas de apoio, desenvolvimento e crédito aos fornecedores e até incentivamos empresas fornecedoras que queiram se instalar no Brasil e produzir aqui."

Ainda de acordo com a diretora, a crítica especificamente feita pelo Sinaval, à compra de 20 navios da China ao custo individual de US\$ 300 milhões "não procede". Segundo ela, a compra feita pela Vale é de 12 navios graneleiros de 400 mil toneladas de porte bruto, os maiores existentes no mundo, a um valor individual em torno de US\$ 130

milhões. "Por ser da área ele deveria estar melhor informado sobre preços destes navios", disse.

De acordo com o diretor de Portos da companhia, Humberto Freiras, a empresa já comprou R\$ 390 milhões em 49 embarcações menores que puderam ser feitas nos estaleiros nacionais. Além disso, uma empresa do grupo, a Log-In, em que a Vale é a maior acionista, também está com encomendas no Brasil por "recomendação da direção da Vale". "Já estamos trabalhando desde 2007 na possibilidade de fazer estes navios no Brasil", disse o diretor, destacando que há apenas dois lugares que poderiam realizar a construção: o Estaleiro Atlântico Sul (EAS) em Pernambuco, e o antigo Ishibrás, que está desativado. O primeiro deles não pode atender a encomenda porque está atendendo demanda da Petrobrás.

"Estamos espantados com a colocação do presidente do Sinaval, Ariovaldo Rocha, nesta questão, porque desde novembro de 2007 ele vem se reunindo conosco para discutir a questão." O diretor da área de Ferrosos da Vale, José Carlos Martins, destacou que "é interesse da companhia comprar navios nacionais", desde que eles possam ser construídos com qualidade, preços e prazos de entrega compatíveis com o mercado internacional.

VEÍCULO: Valor

Seção: Empresas & Tecnologia

Autor: Arnaldo Galvão, de Brasília.

Data: 14/08/2009

Título: Abimaq e Sinaval criticam compras da Vale na China e queixam-se a Mantega

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, prometeu aos representantes das indústrias naval e de máquinas e equipamentos que vai procurar a Vale para discutir se algumas encomendas feitas na China poderiam ser fornecidas por empresas brasileiras. Na tarde da quarta-feira, durante reunião do Grupo de Acompanhamento da Crise (GAC), o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Luiz Aubert, e o presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval (Sinaval), Ariovaldo Santana da Rocha, fizeram essa queixa ao ministro.

Aubert reclamou que a Vale fez, recentemente, encomenda de aproximadamente US\$ 350 milhões para que indústrias chinesas fornecessem bens de capital. Rocha também disse que um pedido de 20 navios - US\$ 200 milhões a US\$ 300 milhões por unidade -, feito à China, podia ter sido contratado no país. O vice presidente executivo do Sinaval, Franco Papini, informou que Mantega considerou "graves" os fatos e que vai ouvir a versão da empresa.

Diretores da Vale reagiram indignados, ontem, e garantiram que fornecedores brasileiros têm, sempre, preferência aos estrangeiros quando garantem preço, qualidade e respeito aos prazos de entrega contratados. Segundo a empresa, foram gastos, em 2008, cerca de R\$ 10 bilhões em compras de bens e serviços no Brasil. A

diretora de Recursos Humanos e Serviços Corporativos, Carla Grasso, criticou a postura das duas entidades e disse que incomoda ouvir reclamações de pessoas que conhecem a postura da Vale. "Não vejo sentido nisso. Parece falta de informação ou oportunismo."

Segundo o diretor executivo de Ferrosos da Vale, José Carlos Martins, a empresa não encomendou 20 navios chineses, mas 12 embarcações de 400 mil toneladas. Além disso, disse que o preço médio dessas embarcações é de US\$ 130 milhões, não os US\$ 200 milhões ou US\$ 300 milhões levados a Mantega. Para ele, a única informação objetiva é que o Sinaval foi procurado, em novembro, para manifestar-se sobre essas encomendas e não respondeu. Martins comentou que o estaleiro Atlântico Sul e o Ishibrás (atualmente fechado) teriam, teoricamente, condição de atender parte do pedido, mas a demanda de 12 embarcações da Petrobras absorveu toda a capacidade do Atlântico Sul.

Essa versão é diferente da apresentada por Papini. Para o vice presidente do Sinaval, a entidade não foi consultada e a indústria brasileira tem capacidade de fornecer parte do pedido da Vale. "Não consultaram nossos preços, mas garanto que temos qualidade e honramos os prazos contratados. O Atlântico Sul é competitivo e tem o grupo coreano Samsung como investidor", explicou.

Papini lamentou que a Vale, como grande exportadora de minérios brasileiros, poderia, por outro lado, ajudar a consolidar a indústria naval nacional. "Estamos reconstruindo o Brasil e o governo tem uma política econômica eficiente. Falta a grande empresa nacional ajudar", argumentou. Para ele, a postura da Vale é oposta à da Petrobras. Contou que, recentemente, a petrolífera precisava encomendar 40 navios-sonda e o Sinaval informou que não poderia fornecer os primeiros 12, mas atenderia parte do pedido.

Para a Vale, a relação com fornecedores nacionais é estratégica e procura facilitar o acesso deles ao crédito e ao desenvolvimento da qualidade. Essa política de compras envolve até contratos de exportação. O diretor de Suprimentos, Marcos Saraiva, explicou que a mineradora costuma estabelecer, em muitos casos, contratos de longo prazo com fornecedores, o que significa redução de riscos e possibilidade de planejamento dos negócios. Para Martins, é compreensível ouvir dos empresários brasileiros queixas contra o câmbio e a carga tributária, mas não entende porque se voltaram contra a política de compras da Vale. "Somos a maior exportadora líquida do Brasil e vamos continuar colaborando com o desempenho da balança comercial."

VEÍCULO: Valor

Seção: Empresas & Tecnologia

Autor: Daniela Chiaretti, de São Paulo.

Data: 18/08/2009

Título: Vale faz inventário de emissões

A Vale emitiu 16,8 milhões de toneladas de CO2 equivalente em 2008 no mundo. O volume engloba desde os gases-estufa produzidos na queima de combustíveis fósseis do transporte de minérios à emissão de minas de carvão subterrâneas na Austrália. Também estão computados aí os gases-estufa gerados pelos fornecedores da empresa em 34 países - quanto emitiu, por exemplo, uma térmica a carvão para produzir a energia que a Vale comprou. O Brasil responde por 69,1% do total emitido pelo grupo ou 11,6 milhões de toneladas de CO2 equivalente.

Para se ter uma ideia do que as emissões da maior empresa privada brasileira representam, estima-se que a contribuição ao aquecimento global provocado por ônibus e caminhões no Brasil tenha sido de 580 milhões de toneladas de CO2 em 2007. Em relação ao total das emissões de gases-estufa do país, a Vale responde por 0,0084%. Mais significativo é o fato de, há dois anos, a empresa realizar seu inventário de emissões, prática pouco comum no Brasil e só seguida pelas maiores companhias.

Medir emissões é o primeiro passo para ter algum controle sobre elas e planejar os cortes futuros. Realizar inventários com regularidade é um dos principais compromissos selado por executivos de grandes empresas preocupados em influenciar as posições brasileiras no tratado climático internacional que, espera-se, deve ser assinado em dezembro, em Copenhague, Dinamarca. Para preparar esse caminho, as posições das empresas e do governo sobre mudanças climáticas serão discutidas na próxima terça-feira em um seminário realizado pelo Valor e GloboNews, com apoio do Instituto Ethos, Fórum Amazônia Sustentável e Vale.

Há nessa preocupação verde inegável impulso econômico. "O principal "drive" das questões ambientais é a competição internacional", registra Luiz Claudio Castro, diretor de meio ambiente e desenvolvimento da Vale. "A tendência, nessa relação cliente-fornecedor, é levantar informações e torná-las disponíveis."

A curva de emissões da Vale no mundo vem aumentando. Em 2006 foram 10,8 milhões de toneladas de CO2 equivalente (medida que equipara as emissões dos vários gases-estufa ao produzido em maior volume). Em 2007, bateram em 15,2 milhões e foram 16,8 milhões em 2008. O primeiro aumento se explica pela aquisição em 2006 da canadense Inco, a segunda maior produtora de níquel do mundo. As emissões crescentes de 2008, um aumento de 10% em relação a 2007, têm a ver com outra aquisição - a incorporação das unidades da Vale Austrália - e também à melhoria na metodologia de cálculo das emissões, diz Castro. Na exploração das minas subterrâneas de carvão da Austrália ocorre a liberação de bolsões de metano, um gás com potencial 25 vezes mais nocivo ao aquecimento global que o CO2.

Para montar o perfil de emissões de suas unidades, a Vale procurou o Carbon Disclosure Project. A empresa, sediada em Londres, tem ajudado gigantes internacionais como a Coca-Cola a descobrir quanto emitem e como podem reduzir. A conta inclui, por exemplo, a emissão de CO2 no uso de cada combustível - se é diesel, gasolina, gás natural - e monta-se a equação do transporte. Nesse quesito, a empresa no Brasil tem investido em mudar o combustível de seus trens para gás ou biodiesel.

Outro ponto de fortes emissões da Vale são as pelletizadoras de minério de ferro. O processo, feito em grandes fornos, exige queima significativa de combustível. Aqui, o esforço tem sido para trocar óleo para gás. "Assim reduzimos bem a emissão", garante Castro. A terceira área é a transformação de alumina em alumínio com a formação de gases de flúor - nesse item o corte na emissão tem sido obtido a partir de desenvolvimento tecnológico na produção. O quarto foco são as minas de carvão subterrâneas da Austrália. "Estamos canalizando o metano para produzir energia num projeto de co-geração", diz o diretor de meio ambiente.

"A minha visão do conceito de sustentabilidade é econômica." Os investidores, ressalta Castro, querem investir em empresas que demonstrem solidez e garantam retorno do capital. "Empresas em situação difícil não têm sobras financeiras para investir em ambiente ou sustentabilidade", diz. "Quem investe em ações voluntárias deste tipo dá um sinal claro da capacidade econômica da empresa." O inventário da Vale de 2009, estima, indicará tendência de estabilização nas emissões. "Mas 2009 é um ano complicado e este dado pode ficar um pouco camuflado pela retração econômica mundial", reconhece.

VEÍCULO: Estado de São Paulo

Seção: Economia

Autor: Mônica Ciarelli, RIO.

Data: 21/08/2009

Título: Vale desiste de oferta pela americana Mosaic

Segundo fonte, compra estimada em US\$ 25 bi poderia gerar desgaste com o governo

Em meio a críticas do governo por ter reduzido investimentos neste ano e demitido quase 2 mil funcionários, a Vale desistiu de entrar na briga pela gigante americana de fertilizantes Mosaic, de acordo com uma fonte do setor. A fonte revela que a aquisição de uma empresa estrangeira neste momento - numa operação estimada pelo mercado em US\$ 25 bilhões - poderia gerar novas reclamações, exatamente o que a direção da Vale não quer agora. "Isso só ia trazer problemas", disse a fonte.

Procurada pela Agência Estado, a Vale informou que não iria se pronunciar sobre a negociação. Outra fonte da área lembrou que a Vale não chegou a fazer uma oferta pela Mosaic e que apenas vinha estudando entrar na disputa pela empresa, que também estaria na alça de mira de uma concorrente, a mineradora anglo-australiana BHP Billiton. O interesse da companhia brasileira pela Mosaic foi noticiado pelo Estado em meados de julho.

Desde o ano passado, a Vale vem sinalizando o interesse em entrar com mais força no segmento de fertilizantes, e chegou até a analisar a compra da Cibrafertil, uma das quatro divisões do grupo Paranapanema. Apenas neste ano, a companhia gastou US\$ 850 milhões para comprar ativos de potássio - matéria-prima para a fabricação de

fertilizantes - na Argentina e Canadá.

O foco no setor tem como pano de fundo o crescimento da demanda mundial por alimentos, que vai exigir uma produção maior de minerais usados na indústria de fertilizantes, como o potássio e o fosfato.

Com sede em Minnesota, nos Estados Unidos, a Mosaic - empresa controlada pela Cargill e pela IMC Global - é a maior produtora de fosfato e uma das maiores produtoras mundiais de potássio. Empresa de capital aberto, a Mosaic surgiu de uma união entre a Cargill Fertilizantes e a IMC Global. A empresa tem unidades de produção nos Estados americanos da Flórida, Louisiana, Michigan e Novo México, além de quatro minas de potássio no Canadá.

Em 2008, a produtora de fertilizantes - que atua em mais de 40 países - contabilizou uma receita líquida superior a US\$ 9,8 bilhões, com US\$ 11,8 bilhões em ativos investidos. Em sua página na internet, a companhia informa que detém ainda importantes participações acionárias em fabricantes de fosfato no Brasil e na China.

A Mosaic possui 62% do controle no Brasil da Fospar, empresa produtora de fertilizantes e que possui também operações portuárias, com terminal em Paranaguá, no Paraná; 45% da Indústria de Fertilizantes de Cubatão (IFC), que opera serviços de mistura e distribuição de fertilizantes; e 19,92% de participação direta e indireta na Fosfertil, maior produtora nacional de matérias-primas fosfatadas e nitrogenadas.

No Brasil, a Vale já explora potássio na mina de Taquari-Vassouras, em Sergipe. No exterior, a companhia desenvolve um projeto de produção de fosfato em Bayóvar, no norte do Peru. A mina peruana, cuja concessão foi adquirida pela mineradora brasileira em leilão em 2005, vai produzir 3,9 milhões de toneladas anuais de fosfato, com previsão de entrar em operação no primeiro semestre de 2010. Os investimentos são estimados em US\$ 479 milhões.

VEÍCULO: Folha de São Paulo

Seção: Economia

Autor: DENYSE GODOY DA REPORTAGEM LOCAL

Data: 26/08/2009

Título: Setor do aço pede mais incentivos

Grandes empresários da cadeia do aço criticaram, ontem, o que veem como uma euforia exagerada diante dos sinais de retomada da economia brasileira e pediram que o governo continue agindo para estimular a atividade.

Benjamin Steinbruch, presidente da CSN, se disse "preocupado" com a religação dos altos-fornos de outras indústrias que foram desativados na crise, pois o aumento da oferta pode não ser absorvido pelo mercado. "Se todo mundo voltar com a produção, vai dar dor de barriga."

Embora diga vislumbrar um cenário positivo para este semestre, acrescentou que as conclusões de que o pior da crise já passou para o país são "precipitadas e devem ser combatidas". "E o governo terá que desembolsar muito dinheiro para suportar o crescimento de que o país tanto necessita."

Indagado se referia-se a novo socorro estatal, disse: "Não é ajuda a empresários, mas ao consumidor, para que possa seguir comprando. Para isso, é preciso dar crédito com juros compatíveis".

Jackson Schneider, presidente da associação de montadoras, concorda. O setor foi beneficiado pela redução do IPI sobre os carros, o que colaborou para que batesse recorde de venda nos últimos meses. "Estamos saindo da crise mais reforçados, porém não podemos imaginar que ela foi embora."

"A cautela a que nos referimos é no que diz respeito a acreditar que tudo que precisava ser feito no país já foi feito. Tem muita coisa a ser realizada, como reavaliar o nosso sistema tributário anacrônico e o que rege as relações trabalhistas", frisou Paulo Godoy, presidente da Abdib (Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base).

VEÍCULO: Jornal do Brasil

Seção: Primeira Página

Autor: Mônica Ciarelli, RIO.

Data: 26/08/2009

Título: Vale Inco quer temporários para enfrentar greve

A Vale já considera a possibilidade de contratar funcionários temporários para reativar as operações em sua subsidiária de níquel no Canadá, a Vale Inco, prejudicadas por uma greve que já dura seis semanas. O presidente da companhia, Roger Agnelli, porém, ressalta que essa opção só será usada em último caso. Por enquanto, a mineradora vem treinando trabalhadores que não aderiram à greve para assumir o controle das operações nas minas paralisadas e, com isso, evitar a descontinuidade da produção.

"A gente tem treinado alguns possíveis ?professores? para agir no momento adequado, evitando que a empresa sofra descontinuidade nas suas operações." A Vale Inco tem 1,2 mil empregados não sindicalizados trabalhando em reparos e manutenção das unidades em greve, movimento que conta com a adesão de 3,1 mil funcionários.

Na segunda-feira, Wayne Fraser, um dos líderes do United Steel Workers, disse que o sindicato fará o possível para impedir que a Vale utilize empregados não sindicalizados.

A greve começou no dia 13 de julho, com a paralisação das atividades de mineração em Sudbury, Ontário. Duas semanas depois, foi a vez dos trabalhadores do complexo Voisey Bay aderirem ao movimento. A terceira unidade de níquel da Vale Inco no Canadá, em Thompson, Manitoba, está em manutenção pré-agendada e retomará suas operações em setembro.

Os trabalhadores da Vale Inco entraram em greve depois que a Vale apresentou proposta de mudança nas regras dos planos de aposentadoria e de distribuição de bônus relativo ao resultado. A Vale quer mudar o formato do plano de aposentadoria de "benefício definido" para o sistema de contribuição definida, e pretende estipular um teto para os bônus.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Primeira Página****Autor: Erica Ribeiro****Data: 26/08/2009****Título: Vale anuncia siderúrgica no Espírito Santo**

Compromisso será assinado amanhã com Paulo Hartung, mas obra ainda depende de licenças ambientais.

A Vale vai anunciar amanhã no Espírito Santo, com a presença do governador Paulo Hartung, que fará a Companhia Siderúrgica Ubu (CSU) em Anchieta, com capacidade para produzir cinco milhões de toneladas de placas de aço por ano. O investimento pode chegar a US\$ 3 bilhões. O projeto, no entanto, ainda depende de licenças ambientais.

Segundo a previsão da empresa, caso as licenças sejam obtidas, as obras podem começar em 2011, com a usina entrando em operação em 2014.

Cerca de 18 mil empregos, sendo três mil diretos e 15 mil indiretos, deverão ser gerados.

A estratégia da Vale é fazer siderúrgicas para garantir mercado para o seu minério de ferro. Depois, vende parte do negócio a outros parceiros.

No Espírito Santo, a decisão de fazer Ubu sozinha veio depois que os chineses da Baosteel desistiram da Companhia Siderúrgica Vitória (CSV). A parceria foi desfeita em janeiro deste ano.

Dentre os motivos alegados pela siderúrgica chinesa estavam as dificuldades para obtenção das licenças ambientais e o cenário de crise econômica mundial, que resultaram em uma forte redução da produção de aço.

Em 2005, limitações ambientais e dificuldades com terrenos levaram Vale e Baosteel à desistência de outro projeto siderúrgico no Maranhão.

A CSU é o quarto projeto da Vale em siderurgia e está de acordo com os planos da Vale de atrair parceiros e, com isso, ampliar a venda de minério. Os outros projetos são a ThyssenKruppCSA, no Rio, com a alemã ThyssenKrupp, que irá produzir cinco milhões de toneladas de placas de aço por ano e tem previsão para início das operações em 2010. Em julho, a Vale assinou memorando com a ThyssenKrupp para aumentar sua participação de 10% para 26,87%.

O início das operações da Aços Laminados do Pará (Alpa), em Marabá, com capacidade anual de produção de 2,5 milhões de toneladas de aço, está previsto para 2013. Já a Companhia Siderúrgica de Pecém (CSP), no Ceará, em parceria com a coreana Dongkuk Steel Mill, terá capacidade de produção anual de três a seis milhões de toneladas de placas de aço para exportação e previsão para iniciar operações em 2013.

A Vale diz que ainda mantém o projeto da siderúrgica no Pará, mas até agora não chegou a um entendimento sobre a área e as condições de infraestrutura para escoamento da produção. Ontem, a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, esteve visitando o projeto da CSA.

VEÍCULO: Estado de São Paulo

Seção: Economia

Autor: Vera Rosa

Data: 27/08/2009

Título: "Quero a minha parte no minério de ferro de Minas"

Governador Déda diz que debate virou "rede de intrigas" e critica Aécio e Lobão por defenderem divisão dos royalties

Amigo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o governador de Sergipe, Marcelo Déda (PT), engrossou ontem o coro dos colegas do Rio, Sérgio Cabral, e do Espírito Santo, Paulo Hartung, e criticou a proposta divulgada pelo ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, que prevê mudança na distribuição de royalties do petróleo da camada pré-sal. Déda disse que a discussão transformou-se em "rede de intrigas" e até os Estados distantes do pré-sal começam a se incomodar.

"O ministro Lobão precisa compreender urgentemente que petróleo é subterrâneo, mas a discussão não pode ser subterrânea: ela tem de se dar à luz do dia, envolvendo todos os governadores", disse Déda, que não foi convidado pelo governo para nenhuma reunião sobre o assunto. As estocadas do petista não pararam aí: ele também alfinetou o governador de Minas, Aécio Neves (PSDB), que defendeu a

distribuição dos royalties para todos os Estados.

"Se Aécio quer compartilhar os royalties, eu também quero minha parte no minério de ferro de Minas", provocou Déda. "Será que o doutor Aécio vai me dar?" Sem saber das declarações do petista, Aécio afirmou que o critério de repartição dos recursos deve levar em consideração a renda per capita e os indicadores de pobreza. "Podemos definir um novo marco regulatório no País, ampliando os investimentos da saúde e da educação", sugeriu o tucano.

Sergipe está longe do pré-sal, mas é o quarto produtor nacional de petróleo e arrecada R\$ 150 milhões por ano com royalties. Para Déda, o conceito de royalty não pode ser encarado como "instrumento de distribuição universal dos resultados", já que os valores beneficiam apenas Estados e municípios próximos das jazidas.

Na terça-feira, Lobão esteve em Vitória para jogar água na fervura provocada pela ameaça dos peemedebistas Cabral e Hartung de não comparecer à cerimônia do próximo dia 31, na qual será anunciado o novo modelo de exploração do petróleo. Cabral chegou a chamar de "assalto" o projeto em estudo para mudança dos royalties.

Lula quer transformar o pré-sal no grande trunfo político da provável campanha da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, à Presidência, em 2010, e espera contar com o apoio de todos os governadores, até mesmo da oposição. Cabral, Hartung e Déda, porém, são aliados do Planalto e estão descontentes com a proposta.

Na avaliação de Déda, Lula precisa tranquilizar os Estados. "Não queremos ser convidados para tomar conhecimento de um fato oficial", insistiu ele.

VEÍCULO: Folha de São Paulo

Seção: Economia

Autor: COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, DO RIO DA REUTERS

Data: 28/08/2009

Título: Vale retoma projeto de siderúrgica de US\$ 3 bi no ES

Sete meses depois de cancelar projeto em parceria, empresa deve retomar obra sozinha

Decisão pode ter sido influenciada pela pressão do governo, que, descontente com demissões, ameaçou interferir na gestão da Vale.

Após uma tentativa abortada, a Vale anuncia hoje a reativação do projeto de construir uma siderúrgica no Espírito Santo. Batizado de Companhia Siderúrgica de Ubu (CSU), o empreendimento, que deve exigir desembolso de US\$ 3 bilhões, terá capacidade para produzir 5 milhões de toneladas de placas de aço por ano e tem o início das operações previsto para 2014.

"É um conjunto de investimentos. A Vale, para estruturar essa siderúrgica, vai executar um novo ramal ferroviário e um porto para poder escoar a produção", disse o secretário de Desenvolvimento do Estado, Guilherme Dias.

A retomada do empreendimento acontece sete meses depois de a Vale ter cancelado o projeto da CSV (Companhia Siderúrgica Vitória), que seria desenvolvido em parceria com a chinesa Baosteel e que também produziria 5 milhões de placas de aço. Na ocasião, a Vale justificou a desistência por conta da crise e outros entraves ao projeto, como questões ambientais. Além da capacidade de produção prevista, ambos os projetos têm em comum o local de instalação: o distrito litorâneo de Anchieta.

A decisão da Vale de retomar a intenção de investimentos no Espírito Santo pode ter forte ingrediente político.

A Vale tem sido alvo de críticas do governo desde o fim do ano passado, quando demitiu 1.300 empregados e cortou US\$ 3 bilhões de seu plano de investimentos. O presidente Lula chegou a ameaçar interferir no comando administrativo da Vale, através da Previ, o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, e da BNDESPar, braço do BNDES, que têm ações com direito a voto na companhia. Agora, a possibilidade de a empresa tocar a siderúrgica sozinha é questionada no mercado. "A Vale já tem projetos em sua área foco, mineração, muito elevados para os próximos anos", diz o analista da Corretora SLW, Pedro Gaudi.

Além da CSU, a Vale tem em pauta a Companhia Siderúrgica de Pecém (CE) e a Aços Laminados do Pará, ambas com início das operações previsto para 2013. Em nenhum dos casos há parceiros confirmados.

Outra iniciativa na área foi a CSA (Companhia Siderúrgica do Atlântico), em parceria com a alemã ThyssenKrupp, no Rio, que vai operar em 2010.

O interesse da Vale na área de siderurgia faz parte da estratégia da empresa de garantir a venda de seu minério de ferro para os projetos de que é sócia.

A companhia sempre sinalizava, no entanto, que seu papel nesse processo era de indutora dos investimentos, participando de forma minoritária neles.

VEÍCULO: Jornal do Brasil

Seção: Economia

Autor: JB

Data: 28/08/2009

Título: Vale retoma siderúrgica no ES

A mineradora Vale construirá uma siderúrgica com capacidade para produzir 5 milhões de placas de aço por ano no município litorâneo de Anchieta, no Espírito Santo, informou o secretário de Desenvolvimento do estado, Guilherme Dias.

– É um conjunto de investimentos. A Vale, para estruturar essa siderúrgica, vai executar um novo ramal ferroviário e um porto pra poder escoar a produção – afirmou Dias.

O secretário não deu mais detalhes sobre o empreendimento, como investimento total ou eventuais parceiros da Vale no projeto.

A assessoria de imprensa da empresa confirmou que será anunciado em breve um empreendimento da companhia no setor siderúrgico, mas não forneceu qualquer detalhe.

A Vale tinha um projeto no ano passado para levantar uma siderúrgica no Espírito Santo, a Companhia Siderúrgica de Vitória (CSV), em parceria com a siderúrgica chinesa Baosteel. Mas as duas empresas desistiram do negócio em janeiro deste ano, alegando dificuldades relacionadas à crise financeira internacional.

Posteriormente, a Vale informou que pretendia buscar parceiros para seguir com o projeto. O presidente da Vale, Roger Agnelli, estava em Vitória ontem em um evento sobre a implantação, pela empresa, de um sistema de controle da dispersão do pó do minério de ferro.

Prejuízo na Tata Steel

A Tata Steel, oitavo maior grupo siderúrgico do mundo, surpreendeu o mercado ontem ao anunciar que fechou o trimestre de junho com prejuízo, atingida por queda na demanda na Europa e nos Estados Unidos.

A empresa registrou prejuízo no resultado consolidado de abril a junho US\$ 452 milhões de dólares, ante ao lucro de US\$ 39,01 bilhões em igual período do ano passado.

A companhia informou que está buscando racionalizar operações na Europa e ampliar o foco em gestão de custos.

A produção mundial de aço desabou cerca de 20% nos primeiros sete meses deste ano, afetada por queda nas compras de setores como automotivo e de construção civil. Porém, mais recentemente, siderúrgicas estão retomando atividades que haviam sido interrompidas pela baixa demanda.

VEÍCULO: Jornal do Brasil**Seção: Economia****Autor:** Assessoria de Comunicação da Secretaria de Geologia, Mineração e transformação Mineral.**Data: 27/08/2009****Título: Informativo divulga peso dos tributos na produção**

A Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM), do Ministério de Minas e Energia (MME), publicou em 19 de agosto o segundo informativo sobre Perspectiva Mineral. Essa edição apresenta o peso efetivo dos tributos assumidos pelas empresas das cadeias produtivas do ferro e do alumínio, já que o setor mineral também está submetido ao regime tributário brasileiro.

Com esse estudo, a SGM, tem como objetivo entender se essa carga tem provocado ineficiência econômica ou realocação de investimentos produtivos levando em consideração, sempre que possível, as distintas fases da cadeia produtiva, as regiões do território nacional e o destino da produção mineral, em períodos selecionados.

A intenção é identificar o peso efetivo dos tributos assumidos pelas empresas nas principais cadeias produtivas do país.

Nessa publicação, pode se observar que empresas que estão na base da cadeia produtiva e destinam a maior parte de sua produção ao mercado exportador apresentam uma carga tributária substancialmente inferior às empresas situadas nos elos mais densos da cadeia produtiva e que destinam a sua produção majoritariamente ao promercado interno.

A investigação utiliza diferentes metodologias para descobrir o peso de tributos nos distintos bens ou atividades produtivas. A mais simples é listar todos os tributos incidentes e aplicar suas respectivas alíquotas nominais nas estruturas de receitas e custos de um caso hipotético. Outra forma de abordar o problema, principalmente nos casos de investimentos de longo prazo, é de simular um fluxo de caixa descontado de um projeto hipotético ao longo de vários anos.

Embora ainda limitada, a análise feita a partir de balanços anuais publicados pelas empresas de Demonstrativos de Resultado de Exercício (DREs) ainda é o melhor instrumento de avaliação, pois tem a vantagem de estarem submetidos à apreciação de auditorias independentes e serem disponibilizados à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Essas informações fazem parte de uma pesquisa realizada pelo grupo de estudo (GT) formado por especialistas da SGM e Assessoria Econômica do Ministério de Minas e Energia e também do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e do Serviço Geológico do Brasil (CPRM).

Publicações A intenção da SGM é de divulgar informativos sobre a Perspectiva Mineral mensalmente, abordando assuntos relevantes para o setor. O tema do peso dos tributos sobre a atividade mineral no Brasil é assunto de grande relevo nos fóruns de discussão do setor, por isso foi escolhido para a 2ª edição, que pode ser acessado na página da SGM, no link sobre publicações.

VEÍCULO: Valor

Seção: Empresas

Autor: Vera Saavedra Durão, do Rio

Data: 28/08/2009

Título: Vale retoma projeto de siderurgia no ES

A Vale relança hoje, no Espírito Santo, o projeto de instalação de uma siderúrgica em Ubu, distrito industrial de Anchieta, município capixaba. O anúncio será feito no Palácio Fonte Grande, em Vitória. Um projeto semelhante de construção da Companhia Siderúrgica de Vitória (CSV), que seria implantado em Ubu pela Vale e a siderúrgica chinesa Baosteel, foi vetado pelo governador Paulo Hartung em novembro de 2008, levando as duas empresas a desistirem do negócio.

Na ocasião, Hartung comunicou às empresas sua decisão de proibir a construção da siderúrgica em Ubu porque a região tinha problemas de fornecimento de água e muita poluição do ar. Inicialmente, o governador havia concordado com a ida da CSV para o local. Depois, chegou a oferecer municípios alternativos para a instalação da futura siderúrgica. O que foi recusado pelas sócias.

Em janeiro, a Baosteel e a Vale comunicaram a Hartung e ao mercado a desistência oficial do projeto. A empresa chinesa, que já havia investido na instalação de uma sede em Vitória, com contratação de funcionários, inclusive de alto escalão, e financiado viagem de seus potenciais executivos à China, demonstrou a intenção de não mais investir no Brasil.

Essa foi a segunda experiência mal sucedida da Baosteel no país. A empresa chinesa já tinha tentado erguer uma siderúrgica em São Luiz, no Maranhão, também em parceria com a Vale, e não conseguiu por problemas no terreno. Ou seja, passou pelas mesmas dificuldades vividas no Espírito Santo.

Em boa parte, a crise econômica que derrubou os mercados de minério e aço ajudou Vale e Baosteel a optarem pelo engavetamento da CSV. Mas a brasileira recuperou a ideia do projeto e voltou, ainda no primeiro trimestre, a ter entendimentos com o governo Hartung para reavaliar a construção de uma siderúrgica em Ubu.

A razão pela qual o projeto da siderúrgica capixaba, desta vez encabeçado apenas pela Vale, voltou a ser acatado pelo governo do Espírito Santo, justamente em Ubu, local que tinha sido vetado anteriormente, não é conhecida. Mas um investimento de US\$ 3 bilhões é difícil de ser recusado. Para a Vale o local é estratégico, pois ali foi erguida a

pelotizadora da Samarco, empresa da qual é sócia, além de ser próximo à sua ferrovia Vitória a Minas e ter local para construção de um porto. A nova usina deve entrar em operação em 2014.

Informações apuradas pelo Valor dão conta de que a mineradora estaria estudando mecanismos alternativos de uso mais racional da água na região, inclusive a utilização de água do mar para contribuir na refrigeração dos equipamentos, minimizando o consumo de água doce. Esse recurso foi usado pela ex-Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST, quando foi construída em 1982. A região do distrito industrial de Ubu é banhada pelo rio Beneventes, que já tem reserva de domínio. Em futuro, não será descartada a possibilidade de construção de usinas de dessalinização da água do mar.

Outra versão que circula no mercado é a de que a mineradora teria sofrido pressões políticas do governo federal para investir no Estado, como ocorreu no Pará.